

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 296

Período: 07/06/2008 a 13/06/2008

GEDES - Brasil

- 1- Exército poderá participar de operação contra o desmatamento na Amazônia
- 2- Sargento acusa Exército de tortura
- 3- Diversas instâncias discutem a demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol
- 4- Exército, Marinha e Iphan buscam forma de preservar os fortes militares brasileiros
- 5- Governo decide manter o sigilo de documentos do regime militar
- 6- Ministro da Defesa prepara estatuto para regulamentar atuação das Forças Armadas em conflitos nas cidades brasileiras

1- Exército poderá participar de operação contra o desmatamento na Amazônia

De acordo com o *Jornal do Brasil*, Carlos Minc, ministro do Meio Ambiente, afirmou no dia 06/06/08 que o governo federal solicitaria o apoio do Exército e da Polícia Federal (PF) para auxiliarem na luta contra o desmatamento na região amazônica. No entanto, a PF e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) não possuem capacidade necessária para transferirem seus trabalhadores para essa nova função, o que deixaria suas estruturas frágeis. Minc disse que o Exército possui caminhões que seriam usados no transporte de objetos apreendidos, além de poder repassar o excesso de contingente para trabalhar em ações preservativas. A criação da Guarda Nacional Ambiental e a intensificação da participação do Exército na Amazônia foram as pautas de uma reunião que ocorreu no dia 10/06/08 entre Minc, Tarso Genro, ministro da Justiça, e Nelson Jobim, ministro da Defesa. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, na reunião, o ministro Jobim afirmou a necessidade de se planejar detalhadamente a atuação das Forças Armadas na região, definindo a quantidade de homens, veículos e equipamentos a serem mobilizados, além da realização de uma previsão dos recursos disponíveis às Forças. De acordo com o *Estado*, essa alegação do ministro da Defesa, de certa forma, impediu uma ação imediata de Minc no sentido de empregar as Forças Armadas no combate aos crimes ambientais. Além de Jobim, o ministro da Justiça, Tarso Genro, também apelou para a escassez de recursos e as limitações da máquina do Estado, adiando a criação da Guarda Nacional Ambiental. (*Jornal do Brasil – País – 07/06/08; O Estado de S. Paulo – Vida& - 12/06/08*).

2- Sargento acusa Exército de tortura

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o sargento Laci Marinho de Araújo, militar que assumiu sua homossexualidade recentemente, afirmou no dia 06/06/08 que foi submetido à tortura física e psicológica, de acordo com seu relato à senadora Fátima Cleide. O sargento Fernando Alcântara aderiu à opinião do companheiro, dizendo que este lhe contou que foi torturado enquanto se dirigia a um hospital do Exército. A tortura teria ocorrido sob forma de uso de saco plástico e bordoadas com tecido sobre o corpo de Araújo, não deixando com que os ferimentos ficassem a mostra. A senadora disse que não conseguiu visualizar nenhum ferimento em Araújo ao visitá-lo. O Exército se pronunciou negando as acusações de Araújo e afirma que o trajeto

deste até o hospital não foi filmado. Após a denúncia do sargento Alcântara, conforme noticiou a *Folha de S. Paulo*, o Ministério Público Militar (MPM) abriu inquérito para apurar o caso e ouvirá o sargento Araújo. No entanto, Alcântara acredita que o MPM e também a procuradora-geral militar, Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz, que investigam os maus tratos, não possuem isenção para encaminhar a investigação. O MPM, porém, negou que a investigação possa beneficiar os militares acusados de tortura. O Exército não se pronunciou sobre a investigação. Em coluna opinativa à *Folha*, Jorge Coli analisou a forma como o Exército se comportou a respeito da homossexualidade de um de seus sargentos. Para Coli, o Exército agiu de forma preconceituosa ao fazer um cerco a uma emissora de televisão, na qual Laci Marinho participava de um programa, e ao deter o sargento sob a acusação de deserção, alegando que o mesmo teria se ausentado de suas obrigações militares entre os dias sete e quatorze de abril. O colunista ressaltou a notoriedade que o Exército deu ao caso, transformando-o em um escândalo de proporções nacionais. (*Folha de S. Paulo – Cotidiano – 07/06/08; Folha de S. Paulo – Mais! – 08/06/08; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 11/06/08; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 12/06/08; Jornal do Brasil – País – 09/06/08*).

3- Diversas instâncias discutem a demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o cerne da polêmica acerca da demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima (RR), consiste na geografia da reserva que, abre a possibilidade para não-índios adentrarem e se fixarem no local. O Exército teme que as fronteiras com a Venezuela e com a Guiana permaneçam sem a presença de centros populacionais fixos, facilitando a presença estrangeira em terras nacionais. No mês de abril, o general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, comandante militar da Amazônia, opinou contrariamente à política indigenista do governo federal, afirmando ser um perigo para a soberania brasileira. O coronel da reserva Geraldo Cavagnari, membro e fundador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas (Unicamp), compartilha a mesma opinião de Heleno, dizendo que o Estado deve fazer-se presente no local e não apenas as Forças Armadas. O antropólogo Paulo Santilli, da Fundação Nacional do Índio (Funai) diz que não há nenhum problema para que o Exército trafegue na região da reserva, já que ela pertence à União. O Exército possui três pelotões de fronteira nesse raio. Nelson Jobim, ministro da Defesa, concorda com Santilli ao ressaltar que essas terras são delegadas à tutela da União. Em reunião no Clube Esperia em São Paulo, o ex-comandante militar da Amazônia, Luiz Gonzaga Lessa, afirmou que com as pressões pela internacionalização da Amazônia deve-se atentar para a “invasão branca” iniciada pelas organizações não-governamentais (ONG's). Segundo ele estas organizações agem com o intuito de que a região em questão primeiramente seja considerada propriedade das nações indígenas e depois seja desmembrada do país, tornando mais fácil o acesso de estrangeiros. Já o ministro Tarso Genro e a ex-ministra do Meio Ambiente e atual senadora, Marina Silva, afirmam que a demarcação em terras indígenas contínuas não afetará em nada a soberania estatal. Francisco Rezek, ex-juiz da Corte Internacional de Haia, no entanto, lembra que a declaração sobre direitos dos povos indígenas da Organização das Nações Unidas (ONU) dá margens a que o país perca a autonomia sobre as áreas indígenas. Este tratado ainda não foi ratificado pelo Brasil e deverá ser levado pelo presidente da OAB, Cezar Britto, à discussão no Senado. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 09/06/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 11/06/08*).

4- Exército, Marinha e Iphan buscam forma de preservar os fortes militares brasileiros

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o Exército, a Marinha e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) formaram um grupo para definir o futuro das 42 fortificações militares brasileiras. O primeiro encontro para discutir o assunto aconteceu no forte de Copacabana no dia 06/06/2008. Em alguns estados a parceria entre os militares e o Iphan já existe, como no caso de São Paulo, onde o superintendente regional do Iphan, Victor Hugo Mori, tem como objetivo utilizar a educação patrimonial para ensinar história do Brasil. Em algumas das 42 duas fortificações tombadas ainda existem atividades militares, como o forte dos Andradas, no Guarujá, litoral de São Paulo, onde o presidente Luiz Inácio Lula da Silva costuma passar férias. Outros fortes ainda são administrados pelo Iphan, por universidades ou pelo governo estadual. De acordo com o jornal, o forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, abriga diversos eventos e atrai cada vez mais público. Segundo o coronel Edson Silva de Oliveira, diretor do Museu Histórico do Exército, em três anos o número de visitantes no forte aumentou de 60 mil para 350 mil. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 08/06/08).

5- Governo decide manter o sigilo de documentos do regime militar

Conforme noticiou o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu os argumentos do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para que a lei que permite o sigilo de documentos históricos da época do regime militar não seja derrubada. O governo alega que os interesses do Estado e da sociedade por segurança superam os interesses da população de esclarecimento da história do Brasil e que alguns documentos poderiam deixar o país em situação diplomática complicada. Por isso, o Executivo seria obrigado a manter tais documentos sob sigilo durante um determinado período. O governo ainda ressaltou que somente o Poder Executivo, conhecedor dos dados, é capacitado a dizer quais documentos poderiam ou não ser levados a público, em nome da segurança nacional. A Consultoria-Geral da União preparou o documento assinado por Lula a fim de se opor aos argumentos de que o STF deveria julgar a lei inconstitucional e determinar a suspensão imediata do sigilo dos dados levantados pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza. O governo já discute, entretanto, uma proposta, que seria levada ao Congresso Nacional, para que o sigilo eterno desses documentos não perdure e que, após um determinado prazo, eles sejam levados a público. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 12/06/08).

6- Ministro da Defesa prepara estatuto para regulamentar atuação das Forças Armadas em conflitos nas cidades brasileiras

O jornal *Folha de S. Paulo* informou que o ministro da Defesa, Nelson Jobim, trabalha na preparação de um estatuto jurídico para regulamentar a atuação das Forças Armadas em conflitos nas cidades brasileiras. De acordo com Jobim, “as Forças têm a expertise para tratar de problemas urbanos, como fazem no Haiti, com absoluta competência”. No entanto, o ministro ressaltou que quando atuam em conflitos internos, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica devem submeter-se a um estatuto civil; caso contrário, poderia ocorrer situações semelhantes àquelas do ano de 1994, quando o Exército entrou nos morros do Rio de Janeiro e alguns soldados

que participaram das operações foram posteriormente acusados na Justiça comum de cometer atos criminosos. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 13/06/08; Jornal do Brasil – País – 13/06/08).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S.Paulo –www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil –www.jb.com.br

O Estado de S.Paulo –www.estadao.com.br

***Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S.Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S.Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br**

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana de Paula Bigatão (Redatora-Chefe, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais); Tiago Salgado (Redator, graduando em História) e Victor Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).